



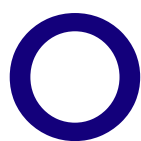
Evolução do Índice de Vulnerabilidade Juvenil

2000/2005

Maio 2007

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL – IVJ

2000/2005



Índice de Vulnerabilidade Juvenil foi concebido, em 2002, como sinalizador dos espaços territoriais da cidade de São Paulo a serem priorizados na implementação de atividades culturais, no âmbito do projeto Fábricas de Cultura da Secretaria Estadual de Cultura, financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. Embora inspirado por esse projeto, o indicador passou a ser de domínio público e tornou-se referência para ações públicas e privadas que tivessem como horizonte promover um crescente processo de pacificação e resgate da auto-estima de adolescentes e jovens.

Na construção do indicador foram considerados dois fatores: as estatísticas disponíveis e os fenômenos recorrentemente apontados como atuantes nos cenários de riscos juvenis. Inúmeros e complexos, três desses fenômenos merecem destaque: deficiências educacionais, mortes por homicídio e maternidade na adolescência.

A década de 90 caracterizou-se pelo crescimento vertiginoso de agressões e criminalidade entre rapazes e de casos de maternidade precoce. Entretanto, na virada do século, mais precisamente a partir de 1999, iniciou-se no Estado de São Paulo, sobretudo na capital, um processo de reversão dessas tendências que persiste até os dias atuais. Nesse mesmo período, também melhorou expressivamente o fluxo escolar e, conseqüentemente, ampliou-se o acesso ao ensino médio pelos jovens.

Essas tendências, certamente, provocariam impactos no IVJ e, nesse sentido, sua atualização periódica permitiria captar a evolução ao longo do período. No entanto, para a revisão do índice tornava-se necessário utilizar informações cuja produção fosse mais freqüente. Assim, recorreu-se aos dados colhidos mensalmente pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, da Fundação Seade. Como se trata de uma pesquisa amostral, os 96 distritos da capital considerados pelo IVJ 2002, de forma desagregada, passaram por um processo de reorganização de modo a garantir sua representatividade estatística.¹

¹ No IVJ 2002, a intenção era pontual e voltada para a seleção de distritos administrativos da capital a serem contemplados pelo Programa Fábricas de Cultura. Assim, entre os dados utilizados na sua construção, além das estatísticas vitais produzidas pela Fundação Seade e passíveis de atualização anual, foram considerados dados levantados pelo Censo Demográfico 2000, do IBGE. Portanto, a atualização desses dados só poderia ser realizada por ocasião do novo levantamento censitário, em 2010. Mais detalhes sobre as alterações realizadas encontram-se no item 1 do Anexo.

Reorganização da espacialização territorial

Para realizar tal reorganização, os 96 distritos administrativos da capital paulista foram agrupados em quatro tipos de área, segundo o grau de vulnerabilidade de sua população à pobreza.² Com isso, foi possível verificar a evolução da vulnerabilidade juvenil em cada uma dessas áreas e em que medida suas diferenças têm se alterado nos últimos anos. As áreas que resultaram desse procedimento estão representadas na Figura 1.³

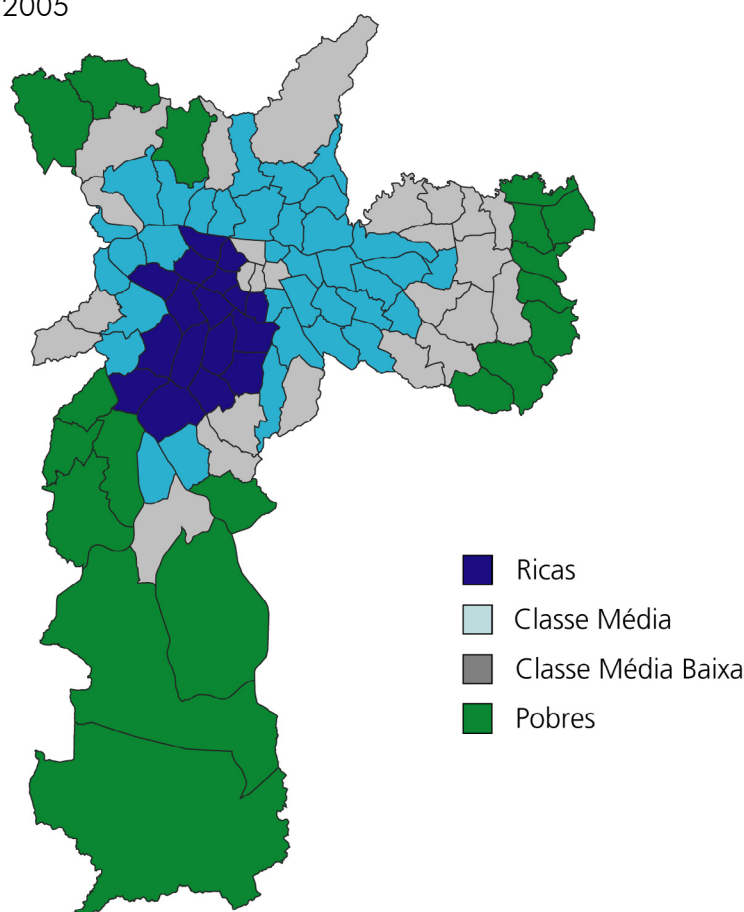
Áreas pobres: envolvem 19 distritos administrativos localizados nas áreas mais periféricas. Em 2005, concentravam 31,4% dos paulistanos, dos quais 8,9% eram jovens.

Áreas de classe média baixa: compostas por 25 distritos administrativos, abrigam 31,1% da população, sendo 8,3% jovens.

Áreas de classe média: englobam 35 distritos administrativos, com 26,9% do total da população do município, da qual 7,2% eram jovens.

Áreas ricas: compostas por 17 distritos administrativos localizados na área central, com 10,6% da população e a menor proporção de jovens (6,0%).

Figura 1
Tipos de Área
Distritos do Município de São Paulo
2005



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.

² A descrição da metodologia utilizada na geração das áreas homogêneas segundo vulnerabilidade à pobreza está apresentada no item 2 do Anexo.

³ Quadro com a composição das áreas por distritos administrativos encontra-se no Anexo.

Indicadores que compõem o Índice de Vulnerabilidade Juvenil

Entre as dimensões consideradas na construção do Índice de Vulnerabilidade Juvenil estão as exposições do contingente juvenil à violência urbana, o nível educacional e a gravidez na adolescência. Operacionalmente, para cada uma dessas dimensões, elegeu-se uma variável que a representasse. A taxa de mortalidade por agressões (homicídios) na população masculina de 15 a 19 anos, por 100 mil habitantes, foi selecionada para expressar a incidência dos efeitos negativos da violência urbana entre os jovens. Analogamente, a taxa de fecundidade na faixa etária de 14 a 17 anos, foi utilizada para mensurar, ainda que parcialmente, a gravidez na adolescência. Para as questões relativas à escolaridade, considerou-se a faixa etária de 15 a 17 anos, sendo calculados dois indicadores: proporção de jovens de 15 a 17 anos que não freqüentam escola no total de pessoas dessa faixa etária; e proporção de jovens de 15 a 17 anos que freqüentam o ensino médio. A média dessas variáveis foi transformada numa escala que varia de 0 a 100 pontos, em que cem corresponde ao pior nível de vulnerabilidade e zero, à sua ausência.

RESULTADOS

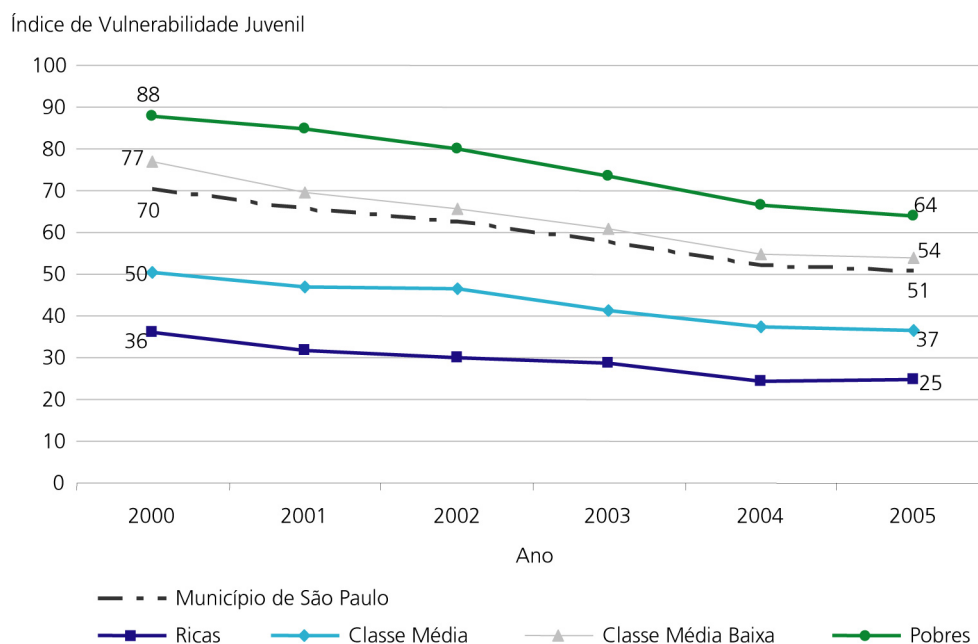
Redução da vulnerabilidade juvenil foi mais acentuada nas áreas mais pobres

Entre 2000 e 2005, a vulnerabilidade juvenil reduziu-se nos quatro tipos de área que compõem a capital paulista. Para o conjunto do município, o IVJ passou de 70 para 51 pontos, o que representa decréscimo de 19 pontos na escala. As áreas com predominância de população pobre, que englobam 19 distritos, apresentaram recuo de 24 pontos nessa escala, a maior redução observada no período, mas muito semelhante ao decréscimo de 23 pontos registrados nos distritos caracterizados como de classe média baixa. As áreas de classe média e rica, que já assinalavam os menores níveis de vulnerabilidade juvenil, também melhoraram o IVJ, embora com menor intensidade. Com isso, a diferença no índice entre as áreas mais ricas e as mais pobres passou de 52 pontos para 39 pontos no período. Mesmo assim, o IVJ das áreas pobres ainda supera em duas vezes e meia o das localidades ricas (Gráfico 1).⁴

⁴ No Anexo, encontram-se as tabelas referentes à evolução do IVJ no período.

Gráfico 1

Índice de Vulnerabilidade Juvenil, segundo Tipos de Área
Município de São Paulo
2000-2005



Fonte: Fundação Seade.

Acesso ao ensino médio e declínio da mortalidade por agressão foram decisivos para a melhora do IVJ

O aumento da frequência ao ensino médio entre os jovens de 15 a 17 anos foi o maior responsável pelo declínio do IVJ no município, respondendo pelo recuo de 8 pontos. Seguiram-se a redução da taxa de mortalidade por agressões entre a população masculina de 15 a 19 anos (-5 pontos) e a diminuição da evasão escolar de jovens de 15 a 17 anos (-4 pontos). A taxa de fecundidade das adolescentes de 14 a 17 anos respondeu por dois pontos na queda do indicador⁵ (Tabela 1).

Áreas mais pobres tiveram melhor desempenho

A melhoria do indicador apresentou intensidade diferenciada entre as várias áreas da capital. Naquelas consideradas pobres, o IVJ diminuiu 24 pontos, mais do que a média do município. Os componentes com melhor desempenho foram o declínio da mortalidade por agressão

⁵ Mais informações por componentes do IVJ encontram-se no Anexo.

e o aumento da freqüência ao ensino médio (cada um responsável, respectivamente, pela redução de 8 pontos no IVJ). Os decréscimos da evasão escolar e da taxa de fecundidade entre as adolescentes contribuíram com quatro pontos cada.

Nas áreas classificadas como de classe média baixa, onde o IVJ diminuiu 23 pontos, o aumento da freqüência ao ensino médio dos jovens de 15 a 17 anos foi o que mais contribuiu (diminuição de 10 pontos). Em segundo lugar, situou-se a redução da evasão escolar (6 pontos), seguida da taxa de mortalidade por agressões (5 pontos). Mesmo nas áreas ricas e de classe média, onde a situação dos jovens é mais favorável, houve progressos no IVJ, sobretudo pelo aumento da freqüência ao ensino médio e pela redução da evasão escolar.

Tabela 1

Redução do IVJ por Tipos de Área, segundo Componentes
Município de São Paulo
2000/2005

Componentes	Município de São Paulo	Tipos de Área			
		Ricas	Classe Média	Classe Média Baixa	Pobres
Total	19	11	13	23	24
Taxa de Fecundidade	2	0	0	2	4
Taxa de Mortalidade por Agressões de Homens de 15 a 19 Anos	5	0	3	5	8
Proporção de Jovens de 15 a 17 Anos que Não Frequentam Escola	4	5	4	6	4
Proporção de Jovens de 15 a 17 Anos que Não Frequentam Ensino Médio	8	6	6	10	8

Fonte: Fundação Seade.

Nota: Componentes padronizados em escala de 0 a 100.

Riscos sociais dos jovens das áreas mais pobres permanecem elevados

A redução do IVJ nas áreas mais pobres revela a diminuição das disparidades sociais intra-urbanas na capital, embora as diferenças entre alguns dos componentes do índice permaneçam muito elevadas, como os casos dos indicadores de violência e de maternidade precoce.

No primeiro caso, enquanto nas áreas ricas, a cada 100 mil jovens de 15 a 19 anos, 57 foram mortos devido a algum tipo de agressão em 2005, nos distritos mais pobres esse número chegou a 189. Quanto à maternidade precoce, nas áreas ricas, cerca de 19 a cada 1.000 jovens de 14 a 17 anos tiveram filhos, em contraste a 41 nas regiões mais pobres.

Em relação aos indicadores de escolaridade, as desigualdades intra-urbanas são menores, em especial no que diz respeito à cobertura do ensino médio entre os jovens de 15 a 17 anos. Nas áreas ricas, 75,7% dos jovens freqüentavam esse nível de ensino, em 2005, enquanto nas mais desfavorecidas eles representavam 62,5%. No caso da evasão escolar, a desigualdade reaparece: 14,9% dos jovens de 15 a 17 anos residentes nas áreas mais pobres estão fora da escola, em comparação a 7,6% nas mais ricas.

Em síntese, apesar dos progressos acentuados nos locais mais pobres, entre 2000 e 2005, a desigualdade social, medida pelo IVJ, entre as quatro áreas da cidade continua elevada. Os jovens das regiões periféricas do município ainda registram situações muito mais desfavoráveis do que os moradores das áreas centrais. Se tais constatações mostram que as políticas sociais têm logrado melhorar sensivelmente as condições dos residentes nas áreas mais pobres da cidade, indicam também que, para garantir a efetividade dos programas, não se pode desconsiderar o contexto em que vivem esses jovens.

O IVJ mostra que a incidência dos fenômenos analisados é diferenciada segundo as áreas socioeconômicas do município de São Paulo. De fato, nas regiões mais pobres da capital, os jovens tendem a apresentar maior exposição aos efeitos da violência urbana, há incidência mais elevada de maternidade precoce e maiores riscos de evasão e atraso escolar do que entre os residentes em áreas mais privilegiadas. Constata-se, assim, que o ambiente socioespacial em que vivem os jovens paulistanos afeta suas chances de progresso e não pode ser desconsiderado no desenho de políticas e programas sociais.

ANEXO

1 – Aspectos metodológicos da construção do IVJ

A operacionalização da noção de vulnerabilidade juvenil considera indicadores socioeconômicos e demográficos – *proxies* de fenômenos que aumentam riscos ou desvantagens de jovens e adolescentes – associados a uma classificação socioespacial dos 96 distritos do município de São Paulo.

É bastante conhecida a relação entre juventude e riscos de diferentes naturezas, decorrente, sobretudo, do comportamento desse grupo demográfico diante das novas realidades e necessidades a que se expõe. Embora esse período seja transitório, natural do ciclo de vida de qualquer indivíduo, esses riscos podem provocar efeitos, maiores ou menores, que, em certas circunstâncias, marcam definitivamente as possibilidades de inserção na vida adulta.

Entre os fatores determinantes do grau de exposição dos jovens a esses riscos, ressaltam-se suas condições de vida e os ambientes sociais em que vivem. O padrão de urbanização brasileiro e, em particular, o que presidiu a metrópole paulista, gerou uma forte segregação espacial – isto é, “a separação ou proximidade territorial entre pessoas ou famílias que pertencem ao mesmo grupo social”.⁶ Essa, por seu turno, passou a influenciar as próprias variáveis determinantes da segregação, tornando a dimensão espacial relevante na definição de políticas e no desenho de programas sociais.

Explicitando melhor essa assertiva, pode-se afirmar que se, por exemplo, os níveis de renda dos diferentes segmentos sociais são decisivos para determinar a localização de suas moradias na malha urbana, essa mesma localização agrega determinadas condições que favorecem ou dificultam o progresso sociocultural desses segmentos.

Em outros termos, as possibilidades e os riscos a que estão expostos grupos sociais segregados não decorrem apenas de comportamentos individuais ou característicos de grupos demográficos, como os jovens em geral. Esses comportamentos são também influenciados pelo ambiente social em que tais grupos vivem. Mais que isso: como observou Flores,⁷ “a experiência de viver em bairros onde a pobreza está especialmente concentrada afeta as pessoas de maneira diferente, dependendo da etapa da vida em que elas se encontrem”. Nesse sentido, jovens e adolescentes são particularmente suscetíveis a tais influências e há várias linhas de investigação que

⁶ SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, I.M.P. (Org.). **Metrópoles paulistas – população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Unicamp, 2006.

⁷FLORES, C. Conseqüências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J.M.P. (Org.) **Metrópoles paulistas – população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: Unicamp, 2006.

buscam identificar os mecanismos que levam diferentes grupos sociais – especialmente os jovens – a adotar determinados comportamentos.

Aproximando tal proposição aos termos do IVJ, pode-se admitir que, em áreas de concentração de pobreza, os jovens tendem a assumir determinados comportamentos de risco que são, por sua frequência, legitimados pelo ambiente social em que vivem. Não se pretende afirmar que os jovens residentes em certas áreas assumem inexoravelmente determinado comportamento, mas apenas que as probabilidades de assumi-lo não são homoganeamente distribuídas no espaço urbano, variando de acordo com os locais de residência desses jovens.

2 – Geração das áreas homogêneas segundo vulnerabilidade social à pobreza

Para a segmentação do município de São Paulo em áreas homogêneas, utilizou-se como referência o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, que possibilita classificar o espaço em uma escala de vulnerabilidade à pobreza da população ali residente: nenhuma vulnerabilidade, vulnerabilidade muito baixa, baixa, média, alta e muito alta. A partir desses grupos, definiram-se quatro tipos de distrito administrativo da capital paulista, que expressam o perfil da vulnerabilidade à pobreza da população residente nas respectivas áreas: ricas, classe média, classe média baixa e pobres.

Segundo essa nova classificação, os 17 distritos considerados ricos caracterizam-se por apresentar 74% de sua população residindo em áreas de nenhuma vulnerabilidade à pobreza. Apresentam as melhores condições de vida do município e do Estado de São Paulo. Nos 35 distritos de classe média, 13% dos moradores residem em áreas de nenhuma vulnerabilidade à pobreza, enquanto 60% encontram-se naquelas de vulnerabilidade muito baixa à pobreza. Nesses dois tipos de distrito, a proporção de população residente em áreas de vulnerabilidade muito alta à pobreza é pequena, em torno de 3%.

Nos 25 distritos considerados de classe média baixa, a maioria da população concentra-se em áreas de vulnerabilidade muito baixa (23%), baixa (36%) e média (22%), ao passo que 12% das pessoas residem em áreas de vulnerabilidade muito alta à pobreza. Nos 19 com uma população de perfil socioeconômico pobre, em 2000, 17% dos moradores residiam em áreas de muito alta vulnerabilidade à pobreza e 48%, em áreas de média vulnerabilidade. Isso indica a presença, nessas localidades, de famílias que agregam baixos níveis de renda familiar, chefes de família poucos escolarizados e maior presença de crianças e adolescentes.

Quadro 1

Distritos Administrativos do Município de São Paulo, por Tipos de Área

Áreas Ricas	Áreas de Classe Média	Áreas de Classe Média Baixa	Áreas Pobres		
Alto de Pinheiros	Água Rasa	Pari	Bom Retiro	São Miguel	Anhangüera
Barra Funda	Aricanduva	Penha	Brás	Sapopemba	Brasilândia
Bela Vista	Artur Alvim	Pirituba	Cachoeirinha	Sé	Campo Limpo
Campo Belo	Belém	Santana	Cangaíba	Tremembé	Capão Redondo
Consolação	Butantã	São Lucas	Cidade Ademar	Vila Jacuí	Cidade Tiradentes
Moema	Cambuci	Socorro	Cidade Dutra	São Domingos	Grajaú
Itaim Bibi	Campo Grande	Tatuapé	Cidade Líder		Guaianases
Jardim Paulista	Carrão	Tucuruvi	Ermelino Matarazzo		Iguatemi
Liberdade	Casa Verde	Vila Formosa	Itaquera		Itaim Paulista
Morumbi	Cursino	Vila Guilherme	Jabaquara		Jardim Ângela
Perdizes	Freguesia do Ó	Vila Leopoldina	Jaraguá		Jardim Helena
Pinheiros	Ipiranga	Vila Maria	José Bonifácio		Jardim São Luis
Santa Cecília	Jaçanã	Vila Matilde	Parque do Carmo		Marsilac
Santo Amaro	Jaguara	Vila Medeiros	Ponte Rasa		Parelheiros
Saúde	Jaguareé	Vila Prudente	Raposo Tavares		Pedreira
Vila Andrade	Lapa	Vila Sônia	República		Perus
Vila Mariana	Limão		Rio Pequeno		São Rafael
	Mandaqui		Sacomã		Vila Curuçá
	Mooca		São Mateus		Lajeado

3 – Evolução do IVJ por componente

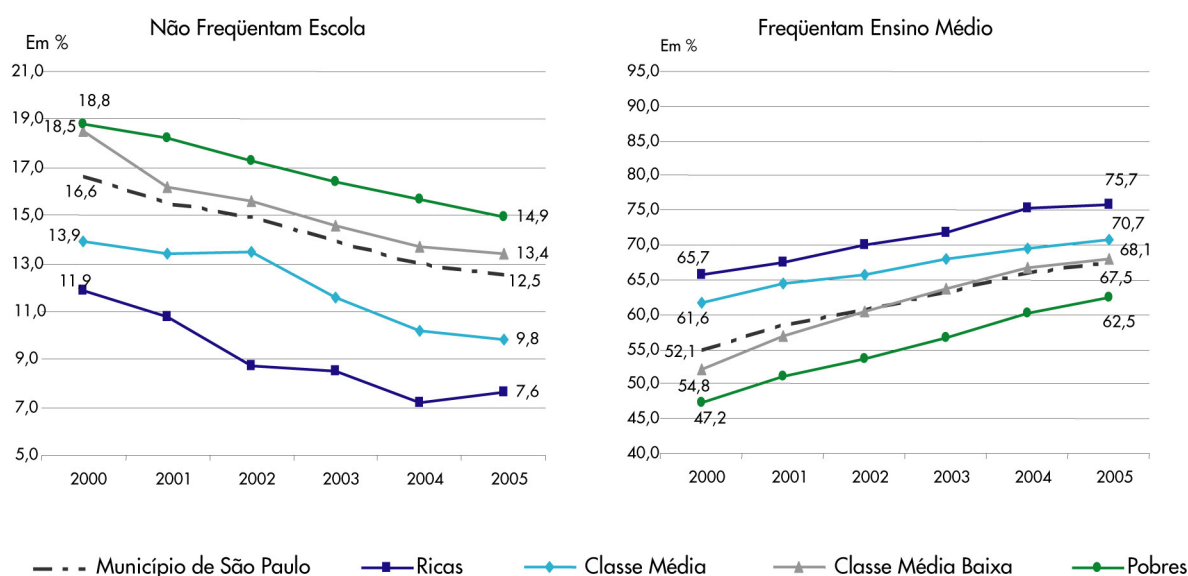
Escolaridade

Nos quatro tipos de área do município ocorreram avanços significativos na escolaridade. Entre os jovens de 15 a 17 anos diminuiu a proporção daqueles que não estavam estudando e aumentou a frequência ao ensino médio (Gráfico 2).

A redução do abandono escolar foi muito mais intensa entre os jovens pertencentes a famílias mais ricas, porém foi notável o aumento do acesso ao ensino médio entre os jovens provenientes de áreas pobres, sobretudo por se tratar da faixa etária adequada para este nível de ensino. Com efeito, nas áreas pobres e de classe média baixa, a evasão à escola diminuiu em 3,9 e 5,1 pontos percentuais, enquanto o acesso ao ensino médio cresceu 15,3 e 16,0 pontos, respectivamente.

Gráfico 2

Jovens de 15 a 17 Anos, Por Condição de Frequência à Escola e ao Ensino Médio, segundo Tipos de Área
Município de São Paulo
2000-2005



Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

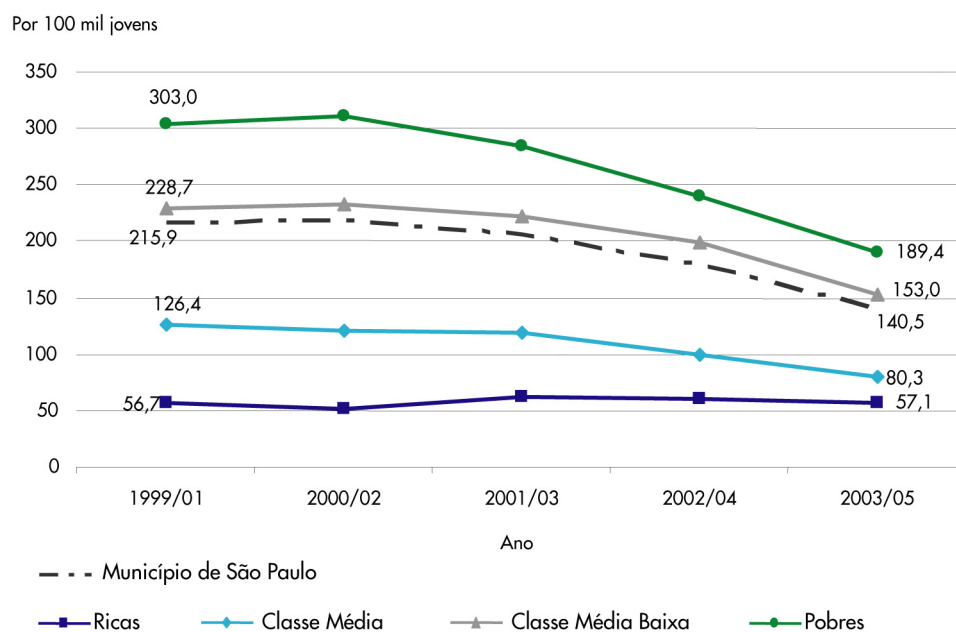
Mortalidade por Agressões

Entre 2000 e 2005, a taxa de mortalidade por agressões entre os jovens de 15 a 19 anos do sexo masculino decresceu 35%, passando de 215,9 para 140,5 óbitos por 100 mil jovens, no

município de São Paulo. Nas regiões mais periféricas da cidade, onde historicamente se registram taxas de mortalidade mais elevadas, as reduções foram ainda mais expressivas. Nas áreas pobres, passaram de 303,0 para 189,4 óbitos por 100 mil, correspondendo a uma queda de 38% no período. Os decréscimos também foram importantes nas áreas de classe média baixa e de classe média. Nesta última, as taxas aproximaram-se das observadas nas áreas ricas, onde se mantiveram estáveis e em níveis mais baixos. Apesar dessa aproximação, o indicador observado nas áreas pobres supera em 3,3 vezes o das regiões ricas (Gráfico 3).

Gráfico 3

Taxa de Mortalidade por Agressões entre Jovens de 15 a 19 Anos do Sexo Masculino, segundo Tipos de Área
Município de São Paulo
2000-2005



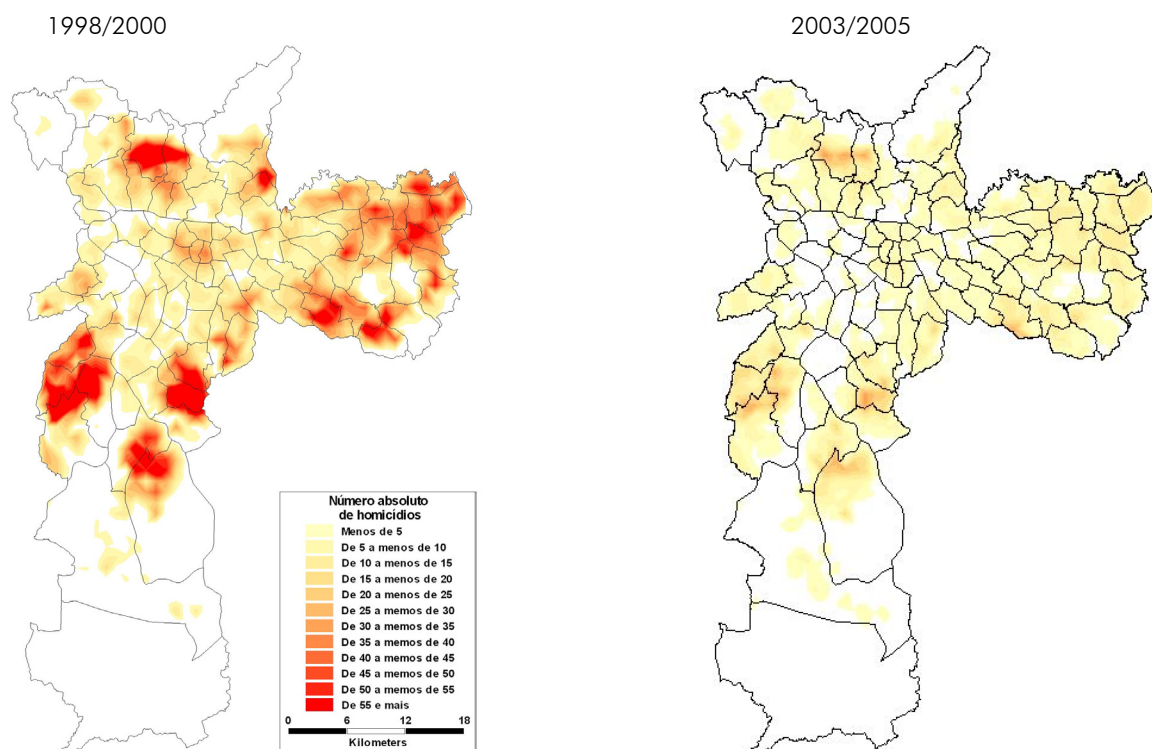
Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.

Nota: As taxas referem-se à média para os triênios.

Os dados apresentados no Gráfico 3, são reafirmados na Figura 2, que mapeia os óbitos por homicídio de jovens de 15 a 24 anos ocorridos no município de São Paulo, nos períodos de 1998 a 2000 e de 2003 a 2005. Apesar do declínio no número de mortes em todas as regiões da cidade, a Figura 2 mostra a manutenção do padrão espacial da mortalidade no período, bem como a maior concentração de casos de homicídios de jovens em determinadas áreas dos distritos pobres, sobretudo as mais populosas.

Figura 2

Homicídios de Jovens de 15 a 24 Anos
Distritos do Município de São Paulo



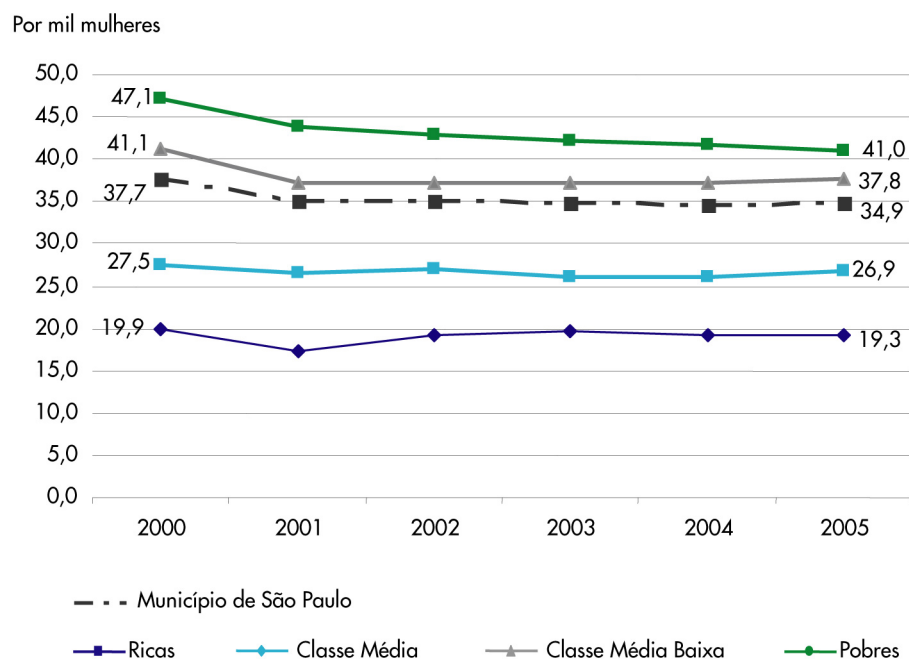
Fonte: Fundação Seade.

Maternidade na adolescência

A taxa de fecundidade em adolescentes de 14 a 17 anos, no município de São Paulo, decresceu de 38,0 para 35,0 nascimentos por 1.000 mulheres, entre 2000 e 2005. Nas áreas pobres a diminuição foi mais intensa, passando de 47,1 para 41,0. Nos distritos de classe média baixa também houve redução (de 41,1 para 37,8), embora menos expressiva. Nas demais áreas os níveis da fecundidade precoce permaneceram estáveis em patamares mais baixos. No período, diminuiu a diferença entre as taxas de fecundidade nas diferentes áreas da cidade, mas a distância entre as mais ricas e as mais pobres ainda é grande (Gráfico 4).

Gráfico 4

Taxa de Fecundidade das Adolescentes de 14 a 17 Anos, segundo Tipos de Área
Município de São Paulo
2000-2005



Fonte: Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.

4 – Tabelas selecionadas

Tabela 1

Índice de Vulnerabilidade Juvenil – IVJ, segundo Tipos de Área
Município de São Paulo
2000-2005

Tipos de Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Município de São Paulo	70	65	63	58	52	51
Ricas	36	32	30	29	25	25
Classe Média	50	47	47	41	37	37
Classe Média Baixa	77	70	66	61	55	54
Pobres	88	85	80	73	67	64

Fonte: Fundação Seade.

Tabela 2

Componentes do Índice de Vulnerabilidade Juvenil, segundo Tipos de Área
Município de São Paulo
2000-2005

Componentes do Índice de Vulnerabilidade Juvenil e Tipos de Área	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<i>Proporção de Jovens de 15 a 17 Anos que Não Frequentam Escola (%)</i>	16,6	15,5	14,9	13,9	13	12,5
Ricas	11,9	10,8	8,7	8,5	7,2	7,6
Classe Média	13,9	13,4	13,5	11,6	10,2	9,8
Classe Média Baixa	18,5	16,2	15,6	14,6	13,7	13,4
Pobres	18,8	18,2	17,3	16,4	15,7	14,9
<i>Proporção de Jovens de 15 a 17 anos que Não Frequentam Ensino Médio (%)</i>	45,2	41,6	39,3	36,8	34,1	32,5
Ricas	34,3	32,5	30,1	28,3	24,7	24,3
Classe Média	38,4	35,5	34,4	31,9	30,6	29,3
Classe Média Baixa	47,9	43,1	39,5	36,2	33,4	31,9
Pobres	52,8	48,9	46,3	43,3	39,8	37,5
<i>Taxas de Mortalidade por Agressões de Homens de 15 a 19 Anos (Em 100 mil)</i>	215,9	219,1	206,9	180,0	140,5	140,5
Ricas	56,7	51,2	62,3	59,9	57,1	57,1
Classe Média	126,4	120,9	118,6	99,7	80,3	80,3
Classe Média Baixa	228,7	233,2	221,6	198,9	153,0	153,0
Pobres	303,0	311,3	283,4	240,5	189,4	189,4
<i>Taxa de Fecundidade das Adolescentes de 14 a 17 Anos (Em 1.000 mulheres)</i>	37,7	35,1	35,1	34,8	34,7	34,9
Ricas	19,9	7,2	19,3	19,6	19,2	19,3
Classe Média	27,5	26,5	27,0	26,1	26,1	26,9
Classe Média Baixa	41,1	37,3	37,2	37,2	37,2	37,8
Pobres	47,1	43,8	42,9	42,1	41,7	41,0

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED; Fundação Seade. Sistema de Estatísticas Vitais.